

## Princípios de Bom Governo

A Portugal Ventures expressamente declarou a aceitação e aplicação, dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado constantes do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e tem vindo a preocupar-se que essa aplicação abarque, por concretização imediata ou por adaptação a eventuais necessidades específicas, o exercício de todas as suas atividades enquanto empresa.

Nesse sentido, a Portugal Ventures tem apresentado anualmente o relatório de governo societário, descrevendo as políticas e práticas em matéria de governo societário adotadas pela Sociedade, procurando assim atingir os principais objetivos de reforçar os sistemas de controlo e fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação dos Acionistas na vida da Sociedade e garantir a criação sustentada de valor para o Acionista.

## Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

O Regulamento Interno contém normas sumárias sobre conduta interna, conflitos de interesses, estrutura organizacional, procedimentos de investimento, acompanhamento e desinvestimento das participadas, sobre prevenção de branqueamento de capitais, sobre avaliação de ativos de capital de risco, sobre atividades e funções efetuadas em regime de subcontratação.

O Código de Conduta atualmente em vigor contém normas sintéticas sobre valores e princípios gerais da empresa, normas gerais de conduta, incluindo conflitos de interesses. Este documento está disponível no sítio da Portugal Ventures.

No âmbito da Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi implementado, em 1 de julho de 2016, um Plano de identificação e mitigação de riscos e infrações, e incentivada toda a organização para identificar e propor medidas que permitam sinalizar áreas e procedimentos suscetíveis de geração de riscos, sendo assim reconhecido o interesse que a matéria reveste como parte do esforço no sentido de que a gestão e administração de dinheiros públicos sejam pautadas por princípios de interesse geral, nomeadamente da prossecução do interesse público, da igualdade, da transparência, da justiça, da imparcialidade e da boa administração. Este documento está divulgado no sítio da Portugal Ventures.

O Regulamento de Avaliação de Ativos de Capital de Risco em vigor define a metodologia de avaliação a aplicar a cada investimento de capital de risco.

A atividade da Portugal Ventures está ainda sujeita ao regime jurídico das Sociedades de Capital de Risco definido no Lei nº 18/2015, de 4 de março e que atribui à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários a competência de supervisão da atividade de capital de risco, assim como aos Regulamentos da CMVM aplicáveis à atividade de capital de risco, designadamente o Regulamento n.º 3/2015.

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures relativas ao exercício de 2016 estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as especificidades previstas no Regulamento da CMVM nº 12/2005 de 9 de dezembro, nomeadamente quanto à utilização das contas extrapatrimoniais e à divulgação das notas anexas às demonstrações financeiras, bem como ao Regulamento da CMVM nº 3/2015 de 3 de novembro.

Todos os Regulamentos internos e externos estão disponíveis a todos os colaboradores da Portugal Ventures através da intranet da Portugal Ventures (NAVIGATOR).

## Transações relevantes com entidades relacionadas

No decurso do exercício de 2017 não se verificaram quaisquer transações materialmente relevantes com entidades relacionadas, para além das que decorrem da prestação de serviços bancários necessários à gestão dos fundos de capital de risco e à atividade desenvolvida pela sociedade.

No Relatório de Gestão e Contas da Sociedade, nomeadamente na Nota 32 do Anexo às Demonstrações Financeiras, é feita a divulgação dos saldos e transações com as partes relacionadas.

## Outras transações

A Portugal Ventures possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, refletindo as boas práticas estabelecidas nesta matéria.

A aquisição de bens e serviços é efetuada com base na análise comparativa de propostas competitivas, a partir de consultas ao mercado.

No exercício de 2017 não foram realizadas transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Os fornecedores que representem mais de cinco por cento do total dos fornecimentos e serviços externos (1.325.456 euros), ou seja, um valor superior a 66.273 euros, são: Paulo Espírito Santo Amil & Associado, RL, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Fundiestamo I e MDS – Corretores de Seguros, SA.

## Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

A Portugal Ventures procura continuamente que a sua atividade seja exercida de uma forma coerente e eficiente, respeitando a sua missão, valores e objetivos, e assegurando que os seus princípios de atuação estão em conformidade com as orientações de política pública.

A Portugal Ventures tem como missão investir de modo proativo em empresas nas fases iniciais do seu desenvolvimento, apostando no seu crescimento, competitividade e capacidade de globalização. A sua atividade consiste na gestão de fundos de capital de risco e na aquisição, por período de tempo limitado, de instrumentos de capital próprio e de capital alheio em sociedades com elevado potencial de desenvolvimento, como forma de beneficiarem da respetiva valorização. Desde a sua criação tem assumido um papel ativo no mercado enquanto investidor em *Venture Capital*, colmatando insuficiências e funcionando como impulsionador do ecossistema empreendedor nacional.

Neste âmbito, a Portugal Ventures atua no mercado de capital de risco, participando no capital das empresas através dos Fundos de Capital de Risco que administra, não lidando assim com consumidores propriamente ditos.

Considerando as características específicas da atividade desenvolvida pela Portugal Ventures, a Sociedade depara-se com questões ambientais a um nível muito específico e enquanto utilizador de bens e serviços. Assim, a Portugal Ventures tem vindo a praticar uma política de reciclagem de materiais e de redução de consumos energéticos.

No que concerne ao princípio de legalidade e ética empresarial, os mesmos são assegurados através do cumprimento do Regulamento Interno e do Código de Conduta da Portugal Ventures.

A Portugal Ventures procedeu à elaboração do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres relativo ao ano de 2017, o qual abrangeu a elaboração do plano de igualdade de género, tendo concluído que a Sociedade assegura permanentemente uma igualdade plena de oportunidades, quer para os potenciais novos colaboradores, quer para os colaboradores atualmente ao seu serviço, não efetuando qualquer discriminação por motivos de raça, género ou convicções religiosas.

Igualmente, constitui uma preocupação fundamental da gestão da Sociedade que os seus colaboradores se sintam motivados e incentivados, dotando-os das melhores condições de trabalho possível, conciliando assim a vida pessoal, familiar e profissional.

A Portugal Ventures desenvolve a sua atividade no sentido de contribuir de forma significativa para a satisfação das necessidades globais do mercado, concorrendo para o maior acesso ao capital de risco por parte de projetos empresariais nacionais com elevado potencial de crescimento e valorização.

Como ferramenta essencial para o controlo e competitividade da sua atividade, a Portugal Ventures desenvolveu sistemas de informação adaptados às suas necessidades, que têm sido objeto de contínua melhoria e evolução de funcionalidades, que permitem otimizar todos os seus processos internos e de decisão, bem como a partilha de conhecimento interno na organização.

Estes sistemas, em conjunto com a alteração do processo de submissões e análise de projetos, permitem uma melhor eficiência e eficácia na resposta dada pela Portugal Ventures, melhorando assim o seu serviço ao cliente.

Com o objetivo de dar cumprimento às metas estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento 2017, garantir a eficiência económica e financeira e minimizar os riscos inerentes na prossecução plena dos seus objetivos, a Portugal Ventures manteve os seguintes instrumentos de planeamento, execução e controlo:

- **Redução de custos e otimização de recursos:** no domínio da eficiência económica e financeira a Sociedade reforçou os mecanismos de avaliação das opções de decisões tomadas, com o objetivo de assegurar o melhor rácio entre o custo a suportar e o benefício esperado,
- **Aplicação de liquidez e exposição ao risco:** as aplicações da liquidez disponível foram feitas consoante a melhor taxa oferecida pelas instituições bancárias para um prazo que, em regra, não ultrapassa os doze meses, e de acordo com uma matriz internamente estabelecida de definição dos níveis máximos de exposição a cada instituição bancária,

- **Ganhos de eficiência na utilização dos meios financeiros:** para alcançar ganhos de eficiência, foi promovida uma melhor utilização dos meios financeiros disponíveis e uma maior concentração da capacidade de investimento, e a racionalização da sua carteira de fundos,
- **Melhoria contínua do sistema de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade:** aprofundamento do desenvolvimento do sistema de informação integrado com o objetivo de disponibilizar de forma simples e rápida toda a informação da atividade, incluindo dos fundos sob gestão e da performance das respetivas participadas,
- **Melhoria contínua no modelo de controlo de gestão:** aprofundamento do desenvolvimento de indicadores de monitorização da performance da atividade da sociedade, com destaque para os indicadores de investimento (*portfolio development*, indicadores de investimento, indicadores das participadas), da atividade dos Fundos (rentabilidades, participantes, gestão de liquidez, gestão de risco) e dos KPI's da Sociedade e um sistema de “*red alerts*”,
- **Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas:** foi dada continuidade ao trabalho de melhoria contínua do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que entrou em vigor em julho de 2016, bem como do incentivo a toda a organização para que identifique e proponha medidas que permitam sinalizar áreas e procedimentos suscetíveis de geração de riscos, reconhecendo, assim, o interesse que a matéria reveste como parte do esforço no sentido de que a gestão e administração de dinheiros públicos sejam pautadas por princípios de interesse geral, nomeadamente da prossecução do interesse público, da igualdade, da transparência, da justiça, da imparcialidade e da boa administração,
- **Igualdade plena de oportunidades:** assegurou-se permanentemente uma igualdade plena de oportunidades, quer para os potenciais novos colaboradores, quer para os colaboradores atualmente ao seu serviço, não efetuando qualquer discriminação por motivos de raça, género ou convicções religiosas,
- **Desenvolvimento sustentável:** procurou-se que a criação de valor para os acionistas respeite os principais desafios mundiais e dos mercados globais, nomeadamente as alterações climáticas, o aumento da esperança média de vida, a concorrência global das economias emergentes, a necessidade de maior eficiência energética e a utilização mais racional dos recursos naturais.

## Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

A Portugal Ventures tem vindo assim a desenvolver a sua atividade de acordo com os parâmetros estabelecidos nos Princípios de Governo Societário das Empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, procurando uma melhoria contínua dos procedimentos e controlos implementados visando o cumprimento dos referidos Princípios de Governo Societário.

## Código de Conduta

A Portugal Ventures possui um Código de Conduta/Ética, que é parte integrante do Regulamento Interno da Sociedade.

O Código de Conduta/Ética atualmente em vigor foi aprovado pelo Conselho de Administração Executivo da Portugal Ventures em dezembro de 2013. Este documento contém normas sobre valores e princípios gerais da empresa, normas gerais de conduta, incluindo regras sobre relacionamento dos colaboradores com acionistas da sociedade, participantes dos Fundos sob gestão, com a entidade de supervisão, com contrapartes, normas sobre conflitos de interesses e normas disciplinadoras de ofertas e benesses de terceiros.

Este documento está disponível no sítio da Portugal Ventures, bem como na intranet da Portugal Ventures (NAVIGATOR).